

Investimentos dos brasileiros crescem 12,6% e chegam a R\$ 7,3 trilhões em 2024

O **volume investido pelos brasileiros pessoas físicas somou R\$ 7,3 trilhões ao final de 2024**. O valor é 12,6% maior do que o registrado no fechamento do ano anterior. Os dados, divulgados nesta quinta-feira (13), englobam as aplicações dos clientes do varejo tradicional, do varejo alta renda e do private (investidores com mais de R\$ 5 milhões aplicados).

[+Confira as estatísticas de private na íntegra](#)

[+Confira as estatísticas de varejo na íntegra](#)

Entre os segmentos, o destaque ficou com o **varejo alta renda**, que cresceu 15,4%, totalizando R\$ 2,57 trilhões. O **varejo tradicional** avançou 13,6% e fechou o ano com um patrimônio líquido de R\$ 2,43 trilhões. Juntos, os dois segmentos respondem por 68,6% do total investido pelos brasileiros. No **private**, responsável pela fatia restante, a alta foi de 8,7%, chegando a R\$ 2,30 trilhões.

A maior parte desses recursos está na **renda fixa**, que cresceu 18% no ano e fechou 2024 com R\$ 4,32 trilhões, o equivalente a 59,2% do total investido pelas pessoas físicas.

"Em um ano marcado pela Selic em alta, os produtos de renda fixa foram os grandes protagonistas em 2024, com a busca dos investidores por segurança, rentabilidade e liquidez. Em 2025 há uma forte tendência de se repetir o movimento do ano passado dado que não houve alteração significativa do cenário. Mas o investidor também deve estar atendo às oportunidades de diversificação do seu portfólio como estratégia para equilibrar risco e retorno", disse **Luciane Efftting, vice-presidente do nosso Fórum de Distribuição**.

O montante reservado à **previdência** chegou a R\$ 1,23 trilhão, com alta de 18,3% ante 2023. Já os investimentos em produtos de **renda variável** cresceram 1,3%, para R\$ 992,2 bilhões. Por outro lado, a aplicação em **híbridos**, que incluem **fundos multimercados, cambiais, imobiliários, ETFs** (Exchange Traded Funds) e **COEs** (Certificados de Operações Estruturadas), caíram 5,8%, totalizando R\$ 744 bilhões ao fim de 2024.

Na divisão por instrumento, os **títulos e valores mobiliários** registraram alta de 15,5%, chegando a R\$ 3,35 trilhões, enquanto os fundos avançaram 8,2%, somando R\$ 1,73 trilhão. No mesmo período, a poupança cresceu 5%, para R\$ 971,8 bilhões.

CDB e isentos ganham mais espaço

Todos os títulos e valores mobiliários registraram alta, com destaque para os **CDBs** (Certificados de Depósito Bancário), que ampliaram em 20,7% a participação no portfólio das pessoas físicas, chegando a R\$ 1,04 trilhão.

O investimento em títulos **isentos de imposto de renda** avançou 15,5%, somando R\$ 1,24 trilhão. Os produtos com o benefício fiscal são **CRA** (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), **CRI** (Certificado de Recebíveis Imobiliários), **LCA** (Letra de Crédito do Agronegócio), **LCI** (Letra de Crédito Imobiliários), **LIG** (Letras Imobiliárias Garantidas) e **debêntures incentivadas**.

"Apesar das restrições impostas pelo Conselho Monetário Nacional na carência, lastro e perfis de emissores no início de 2024, ainda observamos um crescimento superior à Selic nesses papéis. O atual patamar da taxa de juros e o benefício da isenção de imposto contribuíram para que eles continuem sendo muito procurados pelos investidores", explicou Efftting.

As debêntures tradicionais, que não têm o benefício fiscal, registraram alta de 35,4%, totalizando R\$ 47,6 bilhões. O avanço nos títulos públicos foi de 21,3%, para R\$ 181,9 bilhões. As ações cresceram 4,1% para fechar o ano com um montante de R\$ 732,1 bilhões.

Fundos de renda fixa dominam carteiras

Em resposta dos investidores ao cenário econômico, os **fundos de renda fixa** foram um dos grandes protagonistas de 2024, respondendo por 45,6% do volume aplicado em fundos. A classe cresceu 36,5% e terminou dezembro com volume de R\$ 789,6 bilhões.

Os **Fundos Imobiliários** registraram alta de 9,3%, somando R\$ 101 bilhões. Os **FIPs** (Fundos de Investimento em Participações) cresceram 24,4%, para R\$ 34,5 bilhões. Os **FIDCs** (Fundos de Investimento em Direito Creditório) avançaram 90,1% e chegaram a R\$ 23,1 bilhões.

"Embora o volume ainda seja baixo em relação às outras classes, os FIDCs se beneficiam da abertura desse produto para o investidor do varejo, do cenário macroeconômico que favorece o investimento em renda fixa e do aumento da demanda por crédito alternativo. Muitas empresas buscaram nos FIDCs uma alternativa para financiar suas operações, migrando do setor bancário para o de mercado de capitais. Seguiremos acompanhando esse movimento, com a expectativa de que os FIDCs avancem ainda mais", afirmou a executiva.

Na contramão, os **fundos multimercados** perderam 13,8% do patrimônio e fecharam 2024 em R\$ 545,1 bilhões. O movimento também atingiu os **fundos de ações**, que registraram queda de 9,5%, para R\$ 225,5 bilhões.

Investimento por região

Todas as regiões brasileiras avançaram. O Sudeste, que segue concentrando o maior volume financeiro do país, teve alta 11,3%, totalizando R\$ 4,84 trilhões. O crescimento do montante aplicado pelos investidores do Sul foi de 16,8%, para R\$ 1,28 trilhão. No Centro-Oeste, o avanço foi de 14,7%, para R\$ 387,6 bilhões. O Nordeste cresceu 13,2%, chegando a R\$ 663,5 bilhões, enquanto o Norte registrou alta de 16,1%, fechando o ano com 127,6 bilhões em volume de investimento.

Veja termos de compromisso firmados com instituições que seguem códigos ANBIMA

São 2 acordos que envolvem boas práticas de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros e Distribuição

Foram assinados dois Termos de Compromisso (TCs) com instituições que seguem nossos códigos de boas práticas a fim de sanar indícios de irregularidade relacionados à aplicação dos Códigos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros e Distribuição. Todas as orientações, TCs e penalidades enviadas pela Associação às instituições que seguem voluntariamente nossa autorregulação podem ser acessados [aqui](#).

O primeiro foi firmado pelo BTG Pactual WM, que se comprometeu a não realizar novos desenquadramentos ativos e passivos sem tratamento adequado, além de implementar um sistema de análise periódica de enquadramento. A empresa também aprimorará a análise prévia de investimentos e enviará à ANBIMA um plano de contingência. Além disso, fará uma contribuição financeira de R\$ 400 mil para custear eventos e ações educacionais promovidos pela ANBIMA.

No segundo acordo, a Vitreo se comprometeu a implementar processos para a criação e revisão dos materiais publicitários, além de rever e implementar metodologia de suitability observadas as disposições previstas no Código ANBIMA de Autorregulação. A empresa também enviará um relatório final para a Associação, assinado pelo diretor de controles internos e compliance, detalhando os resultados das ações implementadas. A instituição também fará uma contribuição financeira no valor de R\$ 355 mil, destinado ao financiamento de eventos e ações educacionais promovidos pela ANBIMA.

[+ Termo de Compromisso do BTG Pactual](#)

[+ Termo de Compromisso da Vitreo](#)

Cartas de recomendação - Além disso, tivemos a emissão de quatro cartas de recomendação que sugerem medidas para corrigir possíveis infrações de pequeno potencial de dano e fácil reparabilidade.

No âmbito do Código de Negociação, Banco Daycoval e Banco do Brasil tiveram recomendação para solucionar problemas com suitability para derivativos de balcão, enquanto a Nu Invest deve buscar controle interno para manter o histórico completo de debêntures, CRI e CRA no sistema REUNE da ANBIMA pelo período determinado pela autorregulação.

A quarta carta, enviada para o Banco Paulista, envolve o Código de Distribuição e destaca a necessidade de desenvolver e implementar política interna para elaboração e envio de material publicitário que respeite as nossas regras a adequar as recomendações de investimentos ao perfil de risco de cada cliente. Confira o resumo das cartas:

[+ Banco Daycoval](#)

[+ Banco do Brasil](#)

[+ Nu Invest](#)

[+ Banco Paulista](#)

Saídas líquidas dos fundos somam R\$ 10,6 bilhões na semana

Os **fundos de investimento** fecharam a semana de 3 a 7 de fevereiro com **saídas líquidas** de R\$ 10,6 bilhões, de acordo com dados da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). No **acumulado do ano**, o saldo está negativo em R\$ 2,9 bilhões.

Na primeira semana de fevereiro, os resgates líquidos foram puxados pela categoria de **renda fixa**, com captação líquida negativa de R\$ 10,2 bilhões, seguida por **multimercados** (R\$ 3,8 bilhões), **ações** (R\$ 1,8 bilhão) e **previdência** (R\$ 948,6 milhões).

No caso dos **ETFs**, houve saídas líquidas de R\$ 436,4 milhões, resultado influenciado pelo resgate de R\$ 377 milhões um mesmo fundo.

Houve entradas líquidas no período apenas nos **FIPs** (Fundos de Investimento em Participações), de R\$ 66,8 milhões, e nos **FIDCs** (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), de R\$ 6,4 bilhões, movimento decorrente do aporte de R\$ 6,3 bilhões em um único fundo.

Na categoria de renda fixa, a captação líquida negativa foi maior nos fundos do tipo **Renda Fixa Duração Livre Grau de Investimento** (que investem sem compromisso de prazo em títulos públicos e papéis de baixo risco de crédito), com R\$ 3,4 bilhões, e **Renda Fixa Duração Baixa Soberano** (que fazem investimentos de prazo mais curto em títulos públicos), com R\$ 1,4 bilhão.

Entre os multimercados, os resgates líquidos mais expressivos foram registrados nos tipos **Investimento no Exterior** (R\$ 2 bilhões) e **Macro** (investimentos baseados em cenários macroeconômicos de médio e longo prazos), com R\$ 1,1 bilhão na semana.

Certificações de distribuição da ANBIMA terão novos preços e atualização anual a partir de 2026

Mudanças valem para CPA, C-Pro R e C-Pro I, visando democratizar o acesso aos exames sem onerar profissionais e instituições

As inscrições para as [novas certificações CPA, C-Pro R e C-Pro I](#), que entram em vigor em

janeiro de 2026, terão preços menores do que as atuais [CPA-10](#), [CPA-20](#) e [CEA](#). A partir do próximo ano, a atualização obrigatória dessas certificações passa a ser anual.

As mudanças valem tanto para o público que migrará automaticamente e de forma gratuita do modelo vigente para o novo e precisará, em algum momento, renovar suas certificações, como para quem pretende realizar exames com a finalidade de conquistar as novas certificações a partir do ano que vem.

“Ao repensar nosso modelo de precificação foi necessário aliar a necessidade da sustentabilidade e adequação das provas ao dever de democratizar o acesso às nossas certificações. Com ele, mantemos as certificações ANBIMA entre as mais baratas do mercado, ao mesmo tempo em que elevamos ainda mais sua qualidade”, explica Marcelo Billi, nosso superintendente de Sustentabilidade, Inovação e Educação.



A partir de 2026, a inscrição da nova CPA custará R\$ 225,00, o que representa uma redução de 10% em relação ao valor atual da prova da CPA-10. Já a **C-Pro R** e **C-Pro I** terão **valor de inscrição de R\$ 500,00**, uma redução de 4,6%, em relação aos valores cobrados pela inscrição da CEA atualmente.

Certificação de entrada para os profissionais que desejam trabalhar no mercado financeiro, a CPA concentra o maior volume de provas realizadas pela ANBIMA, por isso permanece com preços mais acessíveis. O objetivo é evitar impactos a profissionais e instituições associadas que custeiam as provas de suas equipes.

Atualização anual

A ANBIMA passa a adotar também a atualização anual obrigatória de suas certificações, conduta alinhada a práticas do mercado. O foco será no desenvolvimento profissional, a partir de estudos pelo [ANBIMA Edu](#), a plataforma de qualificação gratuita da Associação. O serviço já é referência para profissionais do mercado: cerca de 80% das pessoas com CFP, por exemplo, usam o [ANBIMA Edu](#), para ajudar nos créditos que precisam para manter suas certificações ativas.

Além do cumprimento de microcertificações específicas, o **novo processo de atualização inclui o pagamento de taxa anual**, que deve acontecer sempre no mês de aniversário da certificação. A taxa para profissionais **CPA será de R\$ 115,00** e para **C-PROs de R\$ 325,00**; valores competitivos em comparação a certificações similares do mercado.

Todo o acompanhamento sobre o status das certificações e seus prazos poderá ser feito diretamente na plataforma [ANBIMA Edu](#).

Fonte: [Anbima](#), em 13.02.2025.